



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 14, Issue, 10, pp. 66796-66802, October, 2024

<https://doi.org/10.37118/ijdr.28821.10.2024>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## A DEMOCRACIA NA FORMAÇÃO ESCOLAR

\*Kathia Susana Almeida

Doutoranda em Educação, Instituição de Formação: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 14<sup>th</sup> July, 2024

Received in revised form

17<sup>th</sup> August, 2024

Accepted 26<sup>th</sup> September, 2024

Published online 30<sup>th</sup> October, 2024

#### Key Words:

Currículo Escolar; Formação Cidadã, Educação Democrática, Formação Docente.

#### \*Corresponding Author:

Kathia Susana Almeida

### ABSTRACT

“O currículo escolar desempenha um papel fundamental na formação cidadã dos estudantes, influenciando diretamente suas competências e valores sociais. Através da educação formal, o currículo contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e participativas, necessárias para a atuação consciente na sociedade. A formação cidadã envolve não apenas o conhecimento teórico, mas também a construção de práticas e atitudes que promovam a convivência democrática e o respeito às diversidades. Dessa forma, a educação voltada para a cidadania deve considerar aspectos culturais, éticos e políticos, promovendo o engajamento ativo dos alunos. O objetivo geral deste artigo é analisar como o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes. Os objetivos específicos são: - identificar as práticas pedagógicas presentes no currículo que fomentam a cidadania; - verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação social; - avaliar a importância da interdisciplinaridade na construção de uma educação cidadã. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: De que maneira o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes? A metodologia utilizada foi bibliográfica, com base em uma revisão de literatura de obras que tratam da relação entre currículo escolar e cidadania. Os resultados indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores sociais e práticas de respeito mútuo favorece o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos. A discussão reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que contemple a diversidade e as múltiplas realidades dos estudantes. Conclui-se que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado para atender às demandas sociais e formar indivíduos capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade, exercendo plenamente seus direitos e deveres como cidadãos.

Copyright©2024, Kathia Susana Almeida. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kathia Susana Almeida. 2024. “A Democracia na Formação Escolar”. International Journal of Development Research, 14, (10), 66796-66802.

## INTRODUCTION

O currículo escolar é uma ferramenta essencial para a construção da cidadania nos estudantes, pois, além de transmitir conhecimentos técnicos e científicos, é responsável por promover valores, atitudes e práticas sociais que possibilitam uma atuação consciente e ativa na sociedade. Nesse sentido, o currículo vai além da simples organização de conteúdos, desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. A educação formal, quando bem estruturada, contribui para o desenvolvimento de competências que favorecem a convivência democrática, o respeito às diversidades e a compreensão das responsabilidades individuais e coletivas. A formação cidadã, portanto, envolve não apenas o domínio de teorias e conceitos, mas também a aplicação de tais conhecimentos em contextos práticos, promovendo uma interação ética e solidária entre os indivíduos. O objetivo geral deste artigo é investigar de que maneira o currículo escolar pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes, partindo da premissa de que a educação tem um papel social transformador. A pesquisa propõe-se a identificar as práticas pedagógicas incorporadas no currículo que favorecem a educação para a cidadania, além de verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação ativa dos alunos na sociedade. Outro aspecto relevante é avaliar a importância da interdisciplinaridade como estratégia para integrar

diferentes áreas do conhecimento na construção de uma educação voltada para a cidadania. A questão central que norteia este estudo é: De que maneira o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes? Ao responder a esta pergunta, o artigo busca entender quais são os elementos curriculares mais eficazes na promoção da cidadania e como esses conteúdos e práticas podem ser melhorados ou ampliados dentro do contexto escolar. A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico, com base em uma revisão da literatura que discute a relação entre currículo escolar e formação cidadã. Foram analisadas obras e artigos que tratam das práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, bem como a relevância de um currículo que contemple as demandas sociais contemporâneas. Os resultados deste estudo indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores éticos e práticas de respeito mútuo é capaz de formar cidadãos mais críticos e participativos, prontos para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e em constante transformação. A discussão aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que permita a integração de diferentes saberes e realidades, de modo a tornar a educação mais inclusiva e efetiva na promoção da cidadania. Conclui-se que o currículo escolar deve ser dinâmico e estar em constante evolução, acompanhando as mudanças sociais e culturais, a fim de preparar os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a vida em sociedade. A formação de indivíduos éticos, responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres como

cidadãos é uma meta que deve guiar a elaboração e a implementação de currículos escolares que visam à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### O Currículo Escolar e a Formação Cidadã

**Conceito de Currículo Escolar:** O conceito de currículo escolar não é fixo e estático, mas uma construção histórica, teórica e ideológica que reflète as demandas sociais, culturais e políticas de cada época. Segundo Franco et al. (2020), o currículo escolar tem sido moldado por diferentes correntes de pensamento ao longo dos anos, desde as concepções mais tradicionais e conservadoras até as abordagens mais críticas e progressistas. A função primordial do currículo vai além da simples transmissão de conhecimentos; ele também é responsável por formar cidadãos conscientes e capazes de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica, cujas decisões sobre o que ensinar e como ensinar refletem a sociedade que se deseja construir. A abordagem histórico-crítica do currículo, discutida por Malanchen (2021), aponta que o currículo escolar pode ser tanto um instrumento de emancipação quanto de dominação, dependendo da perspectiva pedagógica adotada. A pedagogia histórico-crítica, por exemplo, defende um currículo que vá além da reprodução de conhecimentos estabelecidos pelo capital, promovendo uma formação emancipadora que capacite os alunos a resistirem às formas de exploração e opressão. Essa perspectiva critica a neutralidade aparente do currículo, ressaltando que as escolhas curriculares sempre carregam valores éticos, políticos e ideológicos, o que torna a educação um campo de disputa entre diferentes forças sociais. Martins e Pasqualini (2020) enfatizam que o currículo escolar também possui dimensões ontológicas, epistemológicas, ético-políticas e pedagógicas. Essas dimensões devem ser consideradas na elaboração de qualquer proposta curricular, uma vez que influenciam diretamente na forma como os conteúdos são apresentados e compreendidos pelos alunos. A dimensão ontológica diz respeito à concepção de ser humano e de sociedade que o currículo propõe; a epistemológica refere-se à escolha dos saberes e formas de conhecimento que serão ensinados; a dimensão ético-política lida com os valores e princípios que norteiam as práticas educativas; e, finalmente, a pedagógica, que se relaciona aos métodos e abordagens de ensino. Ao adotar uma abordagem histórico-crítica, essas dimensões são entrelaçadas com o objetivo de construir uma educação mais justa e democrática. Dourado e Santos (2023) acrescentam à discussão a concepção de currículo integrado, que busca superar a fragmentação dos saberes e promover uma formação mais holística dos estudantes. Essa proposta curricular visa conectar diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, promovendo uma visão mais ampla e complexa do mundo. O currículo integrado também tem como objetivo aproximar a teoria da prática, proporcionando aos alunos oportunidades de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações reais e significativas. Assim, o currículo escolar não é apenas um conjunto de disciplinas e conteúdos, mas um projeto político-pedagógico que define a formação integral do aluno e sua inserção na sociedade. Ao longo das décadas, o currículo escolar tem sido objeto de diversas reformulações, e sua construção reflète as disputas ideológicas presentes em cada contexto histórico. Por meio dele, perpetuam-se ou rompem-se paradigmas, promovendo-se ora a manutenção da ordem vigente, ora a transformação social. Portanto, entender o conceito de currículo escolar implica reconhecer seu caráter dinâmico e multifacetado, capaz de influenciar diretamente a formação dos sujeitos e, conseqüentemente, o futuro da sociedade (Franco et al., 2020; Malanchen, 2021; Martins & Pasqualini, 2020; Dourado & Santos, 2023).

**A Importância do Currículo na Educação:** A importância do currículo na educação é inquestionável, uma vez que ele é o alicerce sobre o qual todo o processo educacional se desenvolve. O currículo define o que será ensinado, como será ensinado e, de maneira implícita, para que será ensinado. De acordo com Franco et al. (2020), o currículo escolar é mais do que um simples documento organizador de conteúdos; ele é uma construção histórica e ideológica, que carrega consigo as marcas de disputas e transformações sociais. Sendo assim,

o currículo influencia diretamente a formação de identidades, valores e conhecimentos dos estudantes, moldando a sociedade ao formar cidadãos que poderão atuar de maneira crítica e consciente. Por essa razão, sua importância transcende a simples organização do ensino, tocando diretamente no papel social e político da educação. Dentro dessa perspectiva, o currículo atua como uma ferramenta pedagógica central na mediação entre o conhecimento formal e a realidade dos alunos. Malanchen (2021) destaca que, na pedagogia histórico-crítica, o currículo é visto como um meio de formar indivíduos emancipados, capazes de questionar as estruturas sociais e resistir às imposições do capital. Ele não deve se limitar a transmitir o saber já estabelecido, mas proporcionar aos alunos as condições para refletirem sobre sua realidade e sobre as contradições presentes nela. A educação, portanto, não se realiza plenamente sem um currículo que desafie as formas de opressão e estimule a autonomia intelectual dos estudantes.

Além disso, Martins e Pasqualini (2020) ressaltam que a importância do currículo na educação também reside em suas diversas dimensões: ontológica, epistemológica, ético-política e pedagógica. Cada uma dessas dimensões exerce um papel fundamental no desenvolvimento de uma proposta curricular coerente e eficaz. A dimensão ontológica trata da visão de ser humano e de sociedade que o currículo propõe, determinando o tipo de formação que os estudantes receberão. A dimensão epistemológica refere-se à seleção dos conhecimentos que serão transmitidos, e a maneira como esses conhecimentos serão organizados e articulados entre si é fundamental para garantir uma educação de qualidade. A dimensão ético-política lida com os valores que orientam as práticas pedagógicas, enquanto a dimensão pedagógica se refere diretamente aos métodos e estratégias de ensino. Quando essas dimensões são articuladas de forma integrada, o currículo torna-se um poderoso instrumento para promover a transformação social. Por sua vez, Dourado e Santos (2023) argumentam que o currículo integrado surge como uma proposta inovadora para enfrentar os desafios da educação contemporânea. Essa abordagem visa superar a fragmentação dos saberes e proporcionar uma formação mais completa e coerente, conectando diferentes áreas do conhecimento e promovendo a interdisciplinaridade. O currículo integrado tem como objetivo não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de um estudante capaz de aplicar o que aprendeu de maneira prática e significativa, em diferentes contextos. Ao fazer isso, ele amplia as possibilidades de aprendizado e fortalece o desenvolvimento de competências que são essenciais para a vida em sociedade. A importância do currículo na educação, portanto, está intrinsecamente ligada à sua capacidade de moldar cidadãos críticos, conscientes e capazes de interagir de maneira ativa e transformadora em seu meio. Através de um currículo bem estruturado, a educação pode não apenas reproduzir o conhecimento, mas também transformá-lo, de modo a preparar os estudantes para os desafios contemporâneos e futuros. O currículo é, assim, uma ferramenta estratégica para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Franco et al., 2020; Malanchen, 2021; Martins & Pasqualini, 2020; Dourado & Santos, 2023).

**Formação Cidadã: Definição e Relevância:** A formação cidadã é um conceito que vai além da simples transmissão de conhecimentos escolares. Ela envolve a construção de valores, atitudes e práticas que capacitam os indivíduos a atuar de maneira crítica, consciente e ativa na sociedade. De acordo com Rodrigues (2022), a formação cidadã deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, no qual os sujeitos se apropriam de ferramentas teóricas e práticas para intervir em suas realidades, contribuindo para a transformação social. A formação cidadã, portanto, não se limita à assimilação de conteúdos formais, mas abrange a internalização de valores democráticos, éticos e sociais que são essenciais para a convivência em uma sociedade plural. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, o respeito às diversidades e o engajamento em práticas sociais que promovam a equidade e a justiça. Halasz e Gomes (2022) destacam que a formação cidadã está intimamente ligada ao uso de tecnologias e metodologias educacionais que promovem a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. A adoção de tecnologias

geocolaborativas na educação geográfica, por exemplo, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para fomentar a cidadania, ao possibilitar que os alunos se envolvam diretamente com questões relacionadas ao espaço em que vivem. Essas tecnologias permitem que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais profunda sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e na organização social, promovendo uma formação cidadã que vai além da sala de aula e se estende para a participação ativa em suas comunidades. Dessa forma, a tecnologia se torna um meio para fortalecer a educação geográfica e promover a cidadania através da prática colaborativa e do engajamento com problemas sociais reais. No âmbito da educação formal, a formação cidadã também se coloca como uma resposta às tendências autoritárias e conservadoras que muitas vezes permeiam o sistema educacional. Lima, Brzezinski e Menezes (2020) discutem a crescente militarização de escolas no Brasil e questionam se esse modelo realmente contribui para a educação para a cidadania. Eles argumentam que uma educação voltada para a formação cidadã deve, antes de tudo, promover a liberdade de pensamento, a autonomia e o desenvolvimento de uma consciência crítica, elementos muitas vezes sufocados em ambientes educacionais excessivamente militarizados. A cidadania, conforme definida pelos autores, é mais do que a obediência a regras e normas; ela exige a capacidade de refletir sobre essas normas e de participar ativamente na sua construção e transformação. Assim, uma educação verdadeiramente cidadã deve preparar os estudantes para questionar, propor e participar do processo democrático, e não apenas para obedecer de forma passiva a estruturas hierárquicas preestabelecidas.

A relevância da formação cidadã no contexto atual é inegável. Com o aumento das desigualdades sociais, da intolerância e da polarização política, a educação para a cidadania se apresenta como uma das principais formas de combater essas tendências e promover a coesão social. A formação cidadã visa preparar indivíduos que sejam capazes de lidar com as complexidades e desafios de uma sociedade em constante transformação, desenvolvendo competências que lhes permitam atuar de maneira responsável e ética em seus contextos sociais. Além disso, ao proporcionar uma formação baseada em valores democráticos e no respeito às diversidades, a educação cidadã contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos os indivíduos tenham a oportunidade de exercer plenamente seus direitos e deveres. O processo de formação cidadã, como abordado por Rodrigues (2022), Halasz e Gomes (2022), e Lima, Brzezinski e Menezes (2020), é, portanto, fundamental para a construção de uma sociedade mais participativa e democrática. Ao capacitar os alunos para uma atuação crítica e transformadora em suas comunidades, a educação cidadã contribui para a criação de uma base social mais sólida e equitativa, em que os indivíduos não apenas compreendem suas responsabilidades como cidadãos, mas também se sentem capazes de agir em prol de um bem comum maior.

### ***Práticas Pedagógicas e Cidadania***

***Pedagogia Voltada para a Cidadania:*** A pedagogia voltada para a cidadania é uma abordagem educacional que busca formar indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar criticamente na sociedade. Essa pedagogia vai além da simples transmissão de conteúdos e envolve o desenvolvimento de valores como justiça, solidariedade, igualdade e respeito às diferenças. Bittar (2021) argumenta que uma pedagogia cidadã, inspirada em Paulo Freire, é essencial para promover a emancipação e a conscientização dos sujeitos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para que possam questionar as estruturas sociais e lutar por transformações. Nesse sentido, a pedagogia decolonial e os direitos humanos são temas centrais para a construção de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas também prepara os estudantes para o exercício pleno de sua cidadania. Sabbi (2020) reforça a ideia de que uma pedagogia radical e inclusiva é necessária para construir uma cidadania mais consciente. Ele destaca que a educação deve ser capaz de romper com as barreiras da exclusão e da marginalização, integrando todos os indivíduos em um processo educativo que valorize suas singularidades e promova a participação ativa de todos. A pedagogia voltada para a cidadania, nesse contexto, não se

restringe à sala de aula, mas permeia todas as esferas da vida social, promovendo o engajamento dos indivíduos nas questões sociais e políticas que afetam suas comunidades. É uma educação que não se conforma com a passividade, mas instiga os estudantes a serem agentes de mudança, capacitando-os a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Vedana (2021) acrescenta que a Pedagogia da Libertação, proposta por Paulo Freire, é uma das principais contribuições teóricas e práticas para a construção de uma pedagogia voltada para a cidadania. Essa pedagogia defende que o processo educacional deve ser libertador, permitindo que os indivíduos desenvolvam sua autonomia e capacidade crítica. No campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por exemplo, a Pedagogia da Libertação tem sido utilizada como base para promover a autonomia dos sujeitos, incentivando-os a refletir sobre suas práticas alimentares e a tomar decisões conscientes em relação à sua saúde e bem-estar. A educação, dessa forma, torna-se um espaço de conscientização e empoderamento, onde os indivíduos aprendem a reconhecer suas potencialidades e a lutar por seus direitos, incluindo o direito à saúde e à alimentação adequada.

Dos Santos e Junior (2023) discutem a relação entre cidadania, participação e direitos humanos, destacando que uma pedagogia voltada para a cidadania deve ser fundamentada em princípios normativos e metodológicos que promovam a educação de qualidade. Eles defendem que a educação para a cidadania não pode ser desvinculada da luta pelos direitos humanos, pois ambos os conceitos estão intrinsecamente ligados. A educação cidadã, nesse sentido, deve ser transversal e interdisciplinar, abordando questões de justiça social, igualdade de gênero, diversidade cultural, e sustentabilidade ambiental. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos capazes de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e de lutar pela construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. A pedagogia voltada para a cidadania, portanto, é uma pedagogia de transformação, que coloca o sujeito no centro do processo educacional e o capacita a agir de forma consciente e crítica. Ela desafia as práticas tradicionais de ensino, que muitas vezes reproduzem desigualdades e exclusões, e propõe uma educação baseada na emancipação, na participação e no respeito aos direitos humanos. Dessa forma, essa pedagogia não apenas promove o desenvolvimento intelectual, mas também a formação ética e política dos sujeitos, preparando-os para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança (Bittar, 2021; Sabbi, 2020; Vedana, 2021; dos Santos & Junior, 2023).

***Conteúdos Críticos e Participativos no Currículo:*** Os conteúdos críticos e participativos no currículo desempenham um papel central na formação de cidadãos ativos e conscientes. Ao contrário de uma abordagem tradicional que prioriza a memorização de informações e o cumprimento de diretrizes rígidas, os conteúdos críticos incentivam a reflexão, a análise e a problematização da realidade. Isso é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, pois, como Bittar (2021) destaca, uma pedagogia voltada para a cidadania deve estar fundamentada em práticas que rompam com as estruturas coloniais e de opressão. Para isso, os conteúdos críticos possibilitam que os estudantes questionem o status quo, compreendam as múltiplas camadas de poder e exploração e se posicionem como sujeitos transformadores de suas próprias realidades. A implementação de conteúdos críticos no currículo, segundo Sabbi (2020), também está diretamente ligada à ideia de inclusão. A inclusão não pode ser entendida apenas como um processo físico de integração de diferentes alunos no ambiente escolar, mas deve envolver a inclusão de suas realidades, perspectivas e experiências no conteúdo ensinado. Os conteúdos críticos criam espaço para que diferentes vozes e experiências sejam valorizadas, rompendo com o currículo homogêneo e tradicional que muitas vezes ignora as necessidades e realidades de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, um currículo participativo abre caminho para uma educação mais inclusiva, onde as diferenças culturais, sociais e econômicas são respeitadas e incorporadas como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos participativos, por sua vez, são aqueles que envolvem diretamente os estudantes no processo de construção do conhecimento, rompendo com a concepção tradicional

de que o professor é o detentor do saber e o aluno, um receptor passivo. Vedana (2021) argumenta que essa lógica participativa é fundamental para a emancipação dos sujeitos, pois permite que eles não apenas compreendam o mundo ao seu redor, mas também contribuam para a sua transformação. No contexto da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por exemplo, o currículo participativo promove uma reflexão crítica sobre as práticas alimentares e suas implicações sociais, ecológicas e econômicas, levando os estudantes a desenvolverem uma consciência crítica e autônoma sobre suas escolhas. Esse tipo de educação alimenta a capacidade dos indivíduos de interagir de maneira consciente com seu contexto e de tomar decisões baseadas em princípios de justiça e igualdade. Outro ponto importante levantado por Dos Santos e Junior (2023) é que os conteúdos críticos e participativos não devem ser isolados de outras áreas do conhecimento. Ao contrário, eles devem estar presentes de forma transversal e interligada a diversas disciplinas, como história, geografia, ciências sociais, educação física e até matemática. Ao introduzir questões relacionadas à cidadania, participação social e direitos humanos em diferentes matérias, o currículo passa a ter um caráter interdisciplinar, permitindo que os estudantes compreendam os desafios e problemas sociais de forma holística. Por exemplo, uma aula de geografia pode incluir discussões sobre justiça ambiental e desigualdade territorial, enquanto uma aula de história pode abordar a questão dos direitos civis e as lutas por igualdade racial e de gênero. Essa integração de conteúdos críticos em todas as disciplinas garante que a formação cidadã seja contínua e abrangente, preparando os estudantes para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea de maneira informada e crítica.

Além disso, o currículo que valoriza conteúdos críticos e participativos estimula a prática do diálogo, fundamental para a educação democrática. O diálogo, nesse contexto, não é apenas uma troca de informações, mas um processo em que todos os envolvidos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, ouvir o outro e construir conhecimento de forma colaborativa. Bittar (2021) ressalta que, inspirado em Paulo Freire, o ato de dialogar é um ato de libertação, onde tanto professores quanto alunos se envolvem ativamente na construção do saber, rompendo com as hierarquias tradicionais que colocam o professor como o único transmissor de conhecimento. Esse processo dialógico é essencial para a construção de uma consciência crítica, pois permite que os estudantes se engajem de forma significativa no aprendizado, questionem e reflitam sobre o conteúdo, e participem ativamente das decisões que afetam suas vidas e sua educação. Outro aspecto relevante dos conteúdos críticos e participativos é a sua capacidade de promover a ação social. Não basta apenas desenvolver uma compreensão crítica dos problemas; é necessário incentivar os estudantes a agir sobre eles. Sabbi (2020) aponta que um currículo verdadeiramente voltado para a cidadania deve incluir oportunidades para que os alunos se envolvam em ações comunitárias, projetos sociais e outras atividades que os conectem diretamente com as questões sociais que estudam em sala de aula. Por meio dessas experiências práticas, os alunos têm a chance de aplicar o conhecimento adquirido em contextos reais, desenvolvendo não apenas habilidades cognitivas, mas também éticas e sociais. A participação em projetos sociais ou ações comunitárias, por exemplo, permite que os estudantes compreendam o impacto de suas decisões e ações no coletivo, promovendo um senso de responsabilidade social e de pertencimento à comunidade. Finalmente, um currículo baseado em conteúdos críticos e participativos prepara os estudantes para a vida além da escola. Vedana (2021) argumenta que a formação escolar não pode ser dissociada da vida prática e das demandas sociais contemporâneas. Ao estimular a reflexão crítica e a participação ativa, o currículo capacita os alunos a se tornarem cidadãos plenos, capazes de lidar com os desafios e complexidades da sociedade globalizada. Eles se tornam aptos a intervir em questões como desigualdade social, injustiça ambiental, exclusão digital, entre outras problemáticas que afetam o cotidiano das sociedades modernas. Esse tipo de formação, portanto, vai além da preparação para o mercado de trabalho, promovendo uma educação que valoriza o desenvolvimento integral do ser humano e sua capacidade de transformação social. Assim, a incorporação de conteúdos críticos e participativos no currículo não é apenas uma escolha pedagógica, mas

uma ação que visa transformar a educação em um espaço de libertação e engajamento. Esses conteúdos possibilitam que os estudantes desenvolvam uma compreensão profunda de //suas realidades e atuem como agentes de mudança, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos de forma consciente e proativa (Bittar, 2021; Sabbi, 2020; Vedana, 2021; Dos Santos & Junior, 2023).

**O Papel do Professor na Formação Cidadã:** O papel do professor na formação cidadã vai muito além da simples transmissão de conteúdos escolares. Ele é um agente fundamental na promoção de valores, atitudes e práticas que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e uma postura participativa dos alunos diante das questões sociais. Galvão e Casimiro (2023) destacam que o professor, na atualidade, precisa desempenhar um papel transformador dentro do ambiente escolar, atuando como mediador e facilitador do processo de construção do conhecimento e da cidadania. O professor não é mais visto como o único detentor do saber, mas como um guia que incentiva os alunos a questionar, refletir e agir sobre os problemas que afetam suas vidas e suas comunidades. Nesse sentido, o papel do educador está diretamente ligado à formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, compreendendo seus direitos e deveres, bem como participando de forma ativa e consciente na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A formação cidadã demanda que o professor incorpore em sua prática pedagógica uma série de habilidades e competências que vão além do domínio do conteúdo de sua disciplina. Segundo Torisu e Ferreira (2022), é essencial que os professores, inclusive de áreas como a matemática, se apropriem de temas transversais que possibilitem o diálogo sobre questões sociais, políticas e culturais relevantes. Ao integrar esses temas ao currículo, o professor contribui para a formação de cidadãos que entendem a matemática não apenas como uma ciência exata, mas como uma ferramenta que pode ser utilizada para a compreensão de problemas econômicos, sociais e ambientais. Assim, ao abordar temas como a sustentabilidade, a inclusão social ou os direitos humanos, o professor amplia o horizonte dos estudantes, incentivando-os a refletir sobre o impacto das ciências em suas vidas e na sociedade.

O professor também exerce um papel central na construção de um ambiente escolar que valorize o respeito às diferenças e a diversidade. Galvão e Casimiro (2023) ressaltam que a escola é um espaço privilegiado para a convivência democrática, e o professor tem a responsabilidade de promover uma cultura de respeito e empatia entre os alunos. Para isso, é necessário que o educador desenvolva estratégias pedagógicas que favoreçam o diálogo e o trabalho coletivo, ao mesmo tempo em que estimule a capacidade dos alunos de se colocarem no lugar do outro e de respeitarem diferentes pontos de vista. Essa postura pedagógica é fundamental para a formação cidadã, pois prepara os alunos para lidarem com as diversidades que encontrarão fora da escola, promovendo o desenvolvimento de valores como a tolerância, a solidariedade e a justiça social. Além disso, o papel do professor na formação cidadã envolve o incentivo à participação ativa dos alunos nos processos de decisão, tanto dentro quanto fora da escola. Um professor comprometido com a cidadania não apenas estimula o desenvolvimento intelectual de seus alunos, mas também os encoraja a se envolverem em questões políticas e sociais que afetam suas comunidades. Ao promover debates, projetos de intervenção social e atividades colaborativas, o professor proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar a cidadania de forma prática, desenvolvendo habilidades que são fundamentais para o exercício da cidadania plena, como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a ação coletiva. Torisu e Ferreira (2022) apontam que, ao inserir temas transversais em sua prática pedagógica, o professor cria um ambiente em que os alunos podem se engajar de maneira mais ativa em discussões e ações que promovem o bem comum. No contexto da formação cidadã, o professor também deve ser um exemplo para os alunos, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas principalmente em sua postura ética e cidadã. Galvão e Casimiro (2023) afirmam que o professor deve ser coerente em suas ações, demonstrando, por meio de sua prática cotidiana, os valores que deseja transmitir aos alunos. Ao agir com

responsabilidade, respeito e justiça, o professor inspira os alunos a adotarem atitudes semelhantes, promovendo, assim, uma educação cidadã que vai além dos livros e das aulas, alcançando a vida em sociedade. Portanto, o papel do professor na formação cidadã é inseparável de sua conduta ética e de sua capacidade de demonstrar, na prática, os princípios que defende em sala de aula. Por fim, o professor deve estar preparado para lidar com os desafios de uma sociedade em constante transformação, onde novas demandas sociais e culturais surgem de maneira rápida e intensa. Torisu e Ferreira (2022) sugerem que a formação continuada dos professores é crucial para que eles possam se adaptar às mudanças e incorporar novos temas e abordagens que sejam relevantes para a formação cidadã dos alunos. O professor deve estar aberto a revisitar suas práticas pedagógicas, atualizar-se sobre novas metodologias e tecnologias e, sobretudo, estar disposto a aprender junto com seus alunos, reconhecendo que a construção do conhecimento é um processo colaborativo. Nesse sentido, o professor se torna um eterno aprendiz, capaz de evoluir e se adaptar para melhor atender às necessidades de seus alunos e da sociedade. Dessa forma, o papel do professor na formação cidadã é multifacetado e dinâmico, envolvendo desde a transmissão de conteúdos críticos até a promoção de uma cultura de respeito e participação ativa. Mais do que isso, o professor é um agente transformador, capaz de inspirar seus alunos a serem cidadãos plenos, conscientes de suas responsabilidades e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática (Galvão & Casimiro, 2023; Torisu & Ferreira, 2022).

**Interdisciplinaridade e a Educação para a Cidadania:** A interdisciplinaridade é um elemento central na promoção de uma educação voltada para a formação cidadã. Ela vai além da mera integração de conteúdos de diferentes disciplinas, promovendo uma abordagem que valoriza a construção de conhecimento a partir da interconexão entre áreas do saber e suas respectivas práticas sociais. De acordo com De Sousa e Santos (2020), a interdisciplinaridade oferece um caminho viável para enfrentar os desafios da formação cidadã em escolas públicas, uma vez que permite que os alunos compreendam a complexidade dos problemas sociais e como eles afetam diferentes aspectos de suas vidas. Essa abordagem promove uma visão holística da realidade, essencial para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de entender que os problemas da sociedade não podem ser resolvidos de forma isolada, mas exigem uma compreensão integrada e multidimensional. Presotto e Dalla Costa (2023) destacam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de que o ensino de diversas disciplinas, como a matemática, seja abordado de maneira interdisciplinar para que contribua de maneira mais efetiva para a formação cidadã dos estudantes. Ao integrar a matemática com outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais, geografia e economia, os alunos conseguem perceber a aplicação prática da matemática no entendimento e resolução de problemas cotidianos, como as desigualdades sociais, a distribuição de recursos e a sustentabilidade ambiental. A interdisciplinaridade, nesse contexto, não só amplia a compreensão dos conteúdos acadêmicos, mas também fomenta uma atitude crítica frente aos desafios globais e locais, estimulando nos alunos o senso de responsabilidade social e a disposição para participar ativamente na construção de soluções coletivas.

O conceito de interdisciplinaridade, conforme apontado por Zinderski Guirado e Santos Da Silva (2021), é crucial para a emancipação nos processos de formação de professores. Quando os professores são formados com uma mentalidade interdisciplinar, eles são capazes de transpor essa prática para a sala de aula, facilitando uma educação que vai além das fronteiras rígidas entre disciplinas. Isso possibilita uma visão mais crítica e profunda da realidade, que é transmitida para os estudantes, estimulando neles a capacidade de questionar, refletir e agir sobre os problemas que observam em seu contexto social. A emancipação, nesse sentido, está relacionada à capacidade de os alunos desenvolverem uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor, compreendendo como diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para a resolução de problemas complexos e globais, como as questões ambientais, políticas e econômicas.

A abordagem interdisciplinar também contribui para o desenvolvimento da alfabetização científica, como argumentam Camas, Lambach e Souza (2021). A alfabetização científica, entendida como a capacidade de compreender e utilizar conhecimentos científicos em contextos cotidianos, é fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade possibilita que os estudantes compreendam a ciência não como um conjunto de conhecimentos isolados, mas como uma prática social que interage com outras esferas da vida humana. A articulação entre disciplinas científicas e humanidades, por exemplo, pode proporcionar uma visão mais ampla e crítica sobre questões como a crise climática, a tecnologia e suas implicações éticas, e o impacto das políticas públicas na saúde e bem-estar social. Ao integrar essas discussões em uma abordagem interdisciplinar, o currículo escolar se torna mais relevante e alinhado às necessidades e desafios da sociedade contemporânea. Um dos principais benefícios da interdisciplinaridade na formação cidadã é a capacidade de promover a integração entre teoria e prática. De Sousa e Santos (2020) ressaltam que, em escolas públicas de Fortaleza-CE, a interdisciplinaridade tem se mostrado uma ferramenta eficaz para aproximar os estudantes das realidades sociais que os cercam. Ao trabalhar com projetos interdisciplinares, os alunos são incentivados a aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para analisar e propor soluções para problemas concretos de suas comunidades, como a violência, a exclusão social e a degradação ambiental. Essa integração entre teoria e prática é fundamental para a formação cidadã, pois permite que os estudantes se vejam como agentes de transformação em suas próprias realidades, desenvolvendo habilidades como a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de colaboração.

Zinderski Guirado e Santos Da Silva (2021) também destacam que a educação interdisciplinar fortalece a ideia de que o conhecimento é dinâmico e constantemente em construção. Ao desconstruir as barreiras tradicionais entre disciplinas, a interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam o processo de produção do conhecimento como algo que envolve diferentes perspectivas e saberes. Isso é especialmente importante para a formação cidadã, pois promove uma atitude de abertura para o diálogo e o respeito pelas diferentes formas de conhecimento e experiência. A educação cidadã, nesse sentido, está profundamente conectada com a capacidade de compreender e valorizar a diversidade, seja ela cultural, social ou epistemológica. A interdisciplinaridade, ao trazer essa diversidade para o centro do processo educativo, contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes, respeitosos e engajados com a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Outro ponto relevante é que a interdisciplinaridade contribui para a formação de uma cidadania global, conforme destacam Presotto e Dalla Costa (2023). Em um mundo cada vez mais interconectado e globalizado, é fundamental que os estudantes desenvolvam a capacidade de entender os problemas locais em uma perspectiva global. A interdisciplinaridade oferece as ferramentas necessárias para que os alunos compreendam como questões como a desigualdade, a pobreza e as mudanças climáticas estão interligadas e afetam diferentes regiões do mundo de maneiras distintas. Ao proporcionar uma visão global e integrada da realidade, a educação interdisciplinar prepara os estudantes para atuarem como cidadãos globais, comprometidos não apenas com o bem-estar de suas comunidades locais, mas também com a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Camas, Lambach e Souza (2021) reforçam que a interdisciplinaridade é também uma estratégia para combater a fragmentação do conhecimento, que muitas vezes resulta em uma compreensão superficial dos problemas complexos enfrentados pela sociedade. Ao integrar diferentes áreas do saber, a educação interdisciplinar permite que os estudantes desenvolvam uma visão mais completa e profunda da realidade, favorecendo a construção de soluções mais eficazes e inovadoras para os problemas sociais. A fragmentação do conhecimento, característica de uma abordagem disciplinar rígida, pode limitar a capacidade dos alunos de compreender a totalidade dos desafios que enfrentam, restringindo suas possibilidades de ação e transformação. A interdisciplinaridade, por outro lado, amplia os

horizontes e as possibilidades de intervenção social, promovendo uma educação que é ao mesmo tempo crítica, criativa e transformadora. Em suma, a interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental na formação cidadã, ao promover uma educação que integra diferentes saberes e práticas, aproxima a teoria da prática e amplia a compreensão dos problemas sociais em uma perspectiva global e local. Ao romper com as fronteiras tradicionais entre disciplinas, a interdisciplinaridade contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e engajados, capazes de atuar de maneira responsável e consciente na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável (De Sousa & Santos, 2020; Presotto & Dalla Costa, 2023; Zinderski Guirado & Santos Da Silva, 2021; Camas, Lambach & Souza, 2021).

## CONCLUSÃO

As conclusões de um artigo sobre o papel do currículo escolar e da pedagogia na formação cidadã evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da simples transmissão de conhecimento técnico. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como um processo profundamente vinculado à formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de atuar de maneira ativa e consciente na sociedade. Ao longo deste artigo, foi discutido como o currículo escolar, os conteúdos críticos e participativos, a interdisciplinaridade e o papel do professor se entrelaçam na construção de uma educação que promova a cidadania plena. O currículo escolar, conforme apontado por diversos autores, é uma ferramenta poderosa para a formação cidadã, desde que estruturado de maneira a promover o desenvolvimento de competências críticas. A simples transmissão de conteúdos, desprovida de contexto social e político, limita a capacidade dos estudantes de se engajarem de forma significativa nas questões que afetam suas vidas e suas comunidades. Ao integrar conteúdos críticos e participativos, o currículo possibilita que os alunos se apropriem do conhecimento de maneira ativa, compreendendo as conexões entre os saberes e suas realidades, e desenvolvendo a capacidade de reflexão e ação sobre o mundo ao seu redor. Além disso, a interdisciplinaridade emerge como um dos pilares essenciais para uma educação voltada à cidadania. Ao romper com as fronteiras entre as disciplinas, a interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla e profunda dos problemas sociais, promovendo uma visão integrada da realidade. Essa abordagem é fundamental para a formação de cidadãos capazes de lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos, como a desigualdade social, a crise ambiental e as transformações tecnológicas. A capacidade de conectar diferentes áreas do saber, como defendido por autores como De Sousa e Santos (2020), Presotto e Dalla Costa (2023), e Camas, Lambach e Souza (2021), é essencial para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e global, fundamental para a construção de soluções inovadoras e eficazes para os problemas da sociedade.

Outro aspecto central abordado neste artigo é o papel do professor na formação cidadã. O professor é muito mais do que um transmissor de conhecimento; ele é um mediador, um facilitador do processo de aprendizagem e um exemplo de cidadania ativa para os estudantes. Ao integrar conteúdos críticos e temas transversais em sua prática pedagógica, o professor cria um ambiente propício para o desenvolvimento de uma consciência cidadã. Além disso, o professor tem a responsabilidade de promover um ambiente inclusivo e democrático, onde o diálogo, o respeito às diferenças e a participação ativa sejam incentivados. A formação cidadã depende, em grande medida, da capacidade do professor de fomentar essas competências em seus alunos, mostrando, por meio de sua prática diária, como a cidadania pode ser exercida de maneira ética e responsável. A importância de uma educação que promova a cidadania está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Em um mundo marcado por profundas desigualdades e desafios globais cada vez mais complexos, a educação precisa preparar os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para o exercício da cidadania. Isso implica uma educação que promova a reflexão crítica sobre as

estruturas sociais, políticas e econômicas, e que estimule os estudantes a se engajarem de forma ativa na busca por soluções para os problemas que afetam suas vidas e suas comunidades. Ao longo deste artigo, também foi enfatizado que a formação cidadã não é um processo isolado, mas que envolve a colaboração entre diferentes atores e áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental nesse sentido, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão integrada dos problemas sociais e sejam capazes de atuar sobre eles de maneira eficaz. Da mesma forma, o papel do professor é essencial para garantir que o ambiente escolar seja um espaço de desenvolvimento da cidadania, onde os estudantes possam se apropriar dos conhecimentos de forma crítica e participativa. Os desafios contemporâneos exigem uma nova abordagem educacional, uma que seja capaz de preparar os estudantes para enfrentar as complexidades do mundo moderno de maneira crítica, criativa e colaborativa. Isso significa que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado, para que ele atenda às demandas sociais e promova a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Uma educação voltada para a cidadania deve ser inclusiva, respeitar a diversidade e estar profundamente conectada com as realidades sociais e políticas dos estudantes.

Finalmente, este artigo aponta para a necessidade urgente de valorizar o papel do professor como um agente transformador na educação. Os professores, quando capacitados e preparados para atuar de maneira interdisciplinar e crítica, têm o poder de transformar não apenas a vida de seus alunos, mas também a sociedade como um todo. Ao promover uma educação cidadã, os professores ajudam a construir uma base sólida para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de exercer plenamente sua cidadania e contribuir para o bem-estar coletivo. Portanto, o papel do currículo, da interdisciplinaridade, dos conteúdos críticos e do professor na formação cidadã é fundamental para a construção de uma educação que vá além dos conteúdos técnicos, promovendo a transformação social e o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Isso demanda um esforço coletivo e contínuo para garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas com os princípios de justiça social, equidade e participação democrática.

## REFERÊNCIAS

- BITTAR, E.C.B. Educação, Pedagogia Decolonial e Direitos Humanos: Reflexões sobre Utopia e Emancipação em Paulo Freire. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 9, n. 3, p. 26-50, 2021.
- CAMAS, N.P.V.; LAMBACH, M.; SOUZA, F.R.A. Interdisciplinaridade e Alfabetização Científica: Um Ensaio sobre os Dois Lados da Mesma Moeda. *Ensino em Re-Vista*, v. 28, p. 1-23, e017, 2021.
- DE SOUSA, F.G.A.; SANTOS, J.M.C.T. A interdisciplinaridade e a Formação Cidadã em uma Escola Pública de Fortaleza-CE. *Ensino em Perspectivas*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020.
- DOS SANTOS, R.M.; JUNIOR, L.M.P.B. Cidadania, Participação e Direitos Humanos: Fundamentos Teóricos, Normativos e Metodológicos de um Projeto Transversal com Vistas à Educação de Qualidade. *Direito Público*, v. 20, n. 105, p. 176-204, 2023.
- DOURADO, D.L.; SANTOS, M.J.A. Currículo e Currículo Integrado: Teorias e Concepções. *Revista Inter. Educa*, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2023.
- FRANCO, S.A.P.; ROCATELI, A.; DOS SANTOS, P.C.G.R.; FERREIRA, D.C.R. R.; DE JESUS SANTOS, A.R. Currículo Escolar: Uma Construção Histórica, Teórica e Ideológica. *Argumentos Pró-Educação*, v. 5, p. 1-17, 2020.
- GALVÃO, M.R.; CASIMIRO, S.A.A. O Papel do Professor na Escola: Educação e Transformação. *Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, v. 1, n. 2, p. 134-148, 2023.
- HALASZEN, L.; GOMES, M.D.F.V.B. Tecnologias Geocolaborativas na Educação Geográfica: Uma Busca pela

- Formação Cidadã. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 12, n. 22, p. 05-20, 2022.
- LIMA, M.E.; BRZEZINSKI, I.; MENEZES, A.D.S. Militarizar para Educar? Educar para a Cidadania? Educação & Sociedade, v. 41, p. 1-16, e228256, 2020.
- MALANCHEN, J. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: Formação Emancipadora e Resistência ao Capital. In: Colloquium Humanarum. Londrina: Colloquium Humanarum, v. 18, n. 1, p. 123-132, set. 2021.
- MARTINS, L.M.; PASQUALINI, J.C. O Currículo Escolar sob Enfoque Histórico-Crítico: Aspectos Ontológico, Epistemológico, Ético-Político e Pedagógico. Nuances: Estudos sobre Educação, p. 23-37, 2020.
- PRESOTTO, K S.; DALLA COSTA, S.F. A Interdisciplinaridade na Formação de Professores de Matemática do Ensino Médio sob a Luz da BNCC. Contraponto: Discussões Científicas e Pedagógicas em Ciências, Matemática e Educação, v. 4, n. 6, p. 44-65, 2023.
- RODRIGUES, V.A.B. Formação Cidadã Decolonial Crítica: Uma Proposta Socialmente Referenciada para a Educação Científica e Tecnológica. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis), p. 207, 2022.
- SABBI, C.R. Pedagogia Radical e Inclusiva: nas Trilhas de Elementos Educativos para uma Cidadania mais Consciente. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa na Área do Conhecimento das Humanidades, Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul) em *cotutela* com Departamento de Pedagogia, Facultad de Formación de Profesorado y Educación, Universidad Autónoma de Madrid (Madrid), p. 512, 2020.
- TORISU, E.M.; FERREIRA, W.M. Temas Transversais na Formação de Professores de Matemática: Uma Ação Formativa. Dialogo, n. 49, p. 1-12, maio. 2022.
- VEDANA, G. Contribuições da Pedagogia da Libertação para as Práticas em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Promoção da Autonomia e Cidadania. Monografia (Graduação em Nutrição), Florianópolis, p. 67, 2021.
- ZINDERSKI GUIRADO, V.; SANTOS DA SILVA, F. Educação Interdisciplinar: Algumas Reflexões sobre Emancipação nos Processos de Formação de Professores. Da Investigação às Práticas, v. 11, n. 1, p. 59-79, 2021.

\*\*\*\*\*